

RODRIGO ALMEIDA MAGALHÃES  
Advogado, Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade Mineira de Direito  
da PUC/MG e Professor Universitário.

## ARBITRAGEM E CONVENÇÃO ARBITRAL

Editora MANDAMENTOS

Belo Horizonte, 2006

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

M188a Magalhães, Rodrigo Almeida  
Arbitragem e convenção arbitral / Rodrigo Almeida  
Magalhães. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

Contém Bibliografia. 1  
5,5 x 22,5 - 297 páginas  
ISBN: 85-7604-112-X

1. Arbitragem (Processo Civil) 2. Compromisso arbitral 3.  
Cláusula compromissória I. Título

CDU: 347.918

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
-------------------	----

### CAPÍTULO I

<b>ARBITRAGEM</b>	19
1. Formas alternativas de resoluções de conflito	19
2. Histórico	30
3. Conceito	52
4. Jurisdição	58
5. Natureza jurídica	70
6. Propriedades e impropriedades do instituto	83
7. Arbitragem estrangeira e internacional	89
7.1. Arbitragem no Mercosul	92
7.1.1. Protocolo de Buenos Aires	97
7.1.2. Protocolo de olivos	103
7.2. Arbitragem na Alemanha	106
7.3. Arbitragem na Espanha	109
7.4. Arbitragem na França	115
7.5. Arbitragem na Itália	119
7.6. Arbitragem em Portugal	126
8. Estrutura da lei nº 9.307/96 (lei de arbitragem no Brasil)	131

### CAPITULO II

<b>CONVENÇÃO ARBITRAL</b>	151
1. Definição	151
2. Histórico	156
3. Definição De cláusula compromissória	164
4. Definição de compromisso arbitral	166
5. Paralelo entre a cláusula compromissória e o compromisso arbitral	168

### CAPÍTULO III

<b>COMPROMISSO ARBITRAL</b>	171
1. Definição	171
2. Natureza jurídica	172

**Localização: 347.918**

**M188a**

**Código de barras: STJ00065242**

3.	Requisitos de validade	177
4.	Caracteres jurídicos	186
5.	Conteúdo	186
6.	Efeitos	190
7.	Execução	191
8.	Extinção	193

## **CAPÍTULO IV**

<b>CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA</b>	<b>197</b>	
1.	Definição	197
2.	Natureza jurídica	197
3.	Requisitos de validade	205
4.	Caracteres jurídicos	213
5.	Conteúdo	213
6.	Efeitos	223
7.	Execução	227
8.	Extinção	238
9.	A desnecessidade da celebração do compromisso arbitral	239

## **CAPÍTULO V**

<b>CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM</b>	<b>245</b>	
1.	Introdução	245
2.	Constitucionalidade da arbitragem	247
2.1.	A arbitragem e o princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF.)	247
2.2	A arbitragem e o juízo ou tribunal de exceção (art. 5º, XXXVII, da CF.)	254
2.3	Arbitragem, ampla defesa e dupla instância de julgamento (art. 5º, LV, da CF.)	255
2.4	Arbitragem na constituição de 1988	256
3.	A constitucionalidade dos arts. 6º, § único, 7º, 41 e 42 da lei de arbitragem	256

## **CAPÍTULO VI**

<b>CONCLUSÃO</b>	<b>279</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>283</b>